



REUNIR:
Revista de Administração, Ciências Contábeis e
Sustentabilidade

www.reunir.revistas.ufcg.edu.br



ARTIGO ORIGINAL: Submetido em: 14.01.2024. Avaliado em: 10.04.2024. Apto para publicação em: 07.07.2024. Organização Responsável: UFCG.

Desenvolvimento Sustentável e o Desafio do Combate à Fome no Contexto Pandêmico: um estudo do Programa Mesa Brasil SESC

Sustainable Development and the Challenge of Fight Hunger in the Pandemic Context: a study of the Mesa Brasil SESC Program

Desarrollo Sostenible y el Desafío del Combate al Hambre en el Contexto de la Pandemia: un estudio del Programa Mesa Brasil SESC

Fernanda dos Santos Jorge

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Rua Silva Jardim, 885 – Bela Vista, Porto Alegre - RS, 90450-071
<https://orcid.org/0000-0002-9131-5862>
fe.sjorge@gmail.com

Tânia Nunes da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Rua Washington Luiz, 855 - Centro Histórico, Porto Alegre - RS, 90010-460
<https://orcid.org/0000-0002-1964-1313>
tania.silva@ufrgs.br



PALAVRAS-CHAVE

Segurança alimentar.
Agenda 2030.
Desenvolvimento sustentável. Covid-19.

Resumo: Este estudo tem o objetivo de investigar os procedimentos e ações adotados pelo banco de alimentos Mesa Brasil SESC, durante o período da pandemia da Covid-19, para garantir a manutenção das atividades de combate à insegurança alimentar e nutricional. Trata-se de um estudo descritivo e de abordagem qualitativa, realizado a partir da análise de entrevistas, documentos e relatórios do programa Mesa Brasil SESC, na cidade de Porto Alegre/RS. Os principais resultados evidenciam que programa obteve êxito em suas ações por conta de sua ação imediata e infraestrutura. Da mesma forma, evidencia-se a relevante contribuição dos bancos de alimentos como agente promotor para o cumprimento da Agenda 2030. Esta pesquisa contribui para a literatura sobre desenvolvimento sustentável e a insegurança alimentar, ao examinar empiricamente se os bancos de alimentos são agentes significativos para o combate à fome. A interpretação dos dados coletados também contribui para a estratégia e tomada de decisões por parte dos gestores de entidades similares, não somente em contexto de pandemias, mas também em outros eventos inesperados.

KEYWORDS

Food Insecurity. 2030 Agenda. Sustainable Development. Covid-19.

PALABRAS CLAVE

Seguridad Alimentaria. Agenda 2030. Desarrollo Sostenible. Covid-19.

Abstract: *This study aims to investigate the procedures and actions adopted by the Mesa Brasil SESC food bank, during the period of the Covid-19 pandemic, in order to ensure the maintenance of activities to combat food and nutritional insecurity. It's based on the literature that directly relates the issue of sustainability with food security and the achievement of the goals of the 2030 Agenda, insofar as access to adequate food is a basic condition for human survival. This study is characterized as an applied research, as it generates knowledge for practical application. This is a descriptive study with a qualitative approach, based on the analysis of interviews, documents and reports from the Mesa Brasil SESC program, from Porto Alegre/RS. The main results indicate that the program was successful in its actions due to its timing and structure. The relevant contribution of food banks as a promoting agent for the fulfillment of the 2030 Agenda is also evident. This research makes a contribution to the literature on sustainable development and food insecurity, while empirically examining whether food banks are significant actors in the fight against hunger. The interpretation of the data collected also contributes to the strategy and decision-making by managers of similar entities, not only in the context of pandemics, but also in other unexpected events.*

Resumen: *Este estudio tiene como objetivo investigar los procedimientos y acciones adoptadas por el banco de alimentos Mesa Brasil SESC, durante el período de la pandemia de Covid-19, con el fin de garantizar el mantenimiento de las actividades para combatir la inseguridad alimentaria y nutricional. Se basa en la literatura que relaciona directamente el tema de la sostenibilidad con la seguridad alimentaria y el logro de las metas de la Agenda 2030, en la medida en que el acceso a una alimentación adecuada es una condición básica para la supervivencia humana. Este estudio se caracteriza como una investigación aplicada, ya que genera conocimiento para su aplicación práctica. Se trata de un estudio descriptivo con abordaje cualitativo, basado en el análisis de entrevistas, documentos y relatos del programa Mesa Brasil SESC, en la ciudad de Porto Alegre/RS. Los principales resultados indican que el programa fue exitoso en sus acciones debido a su oportunidad y estructura. Asimismo, se evidencia la relevante contribución de los bancos de alimentos como agente promotor para el cumplimiento de la Agenda 2030. Este estudio hace una contribución a la literatura sobre desarrollo sostenible e inseguridad alimentaria, al tiempo que examina empíricamente si los bancos de alimentos son actores importantes en la lucha contra el hambre. La interpretación de los datos recolectados también contribuye a la estrategia y toma de decisiones por parte de directivos de entidades similares, no solo en el contexto de pandemias, sino también en otros eventos inesperados.*

Introdução

As questões relacionadas à segurança alimentar estão diretamente vinculadas com a temática do desenvolvimento sustentável, na medida em que o acesso à alimentação é uma das necessidades básicas para sobrevivência do ser humano. Estima-se que mais de 50% da população brasileira conviva com algum grau de insegurança alimentar (Galindo et al., 2021; Rede PENSSAN, 2021) e a chegada do novo coronavírus agravou ainda mais as desigualdades já existentes, trazendo à tona a preocupação com a exposição da população à insegurança alimentar e nutricional (IAN) (Rede PENSSAN, 2021, Pinheiro et al., 2023).

A pandemia da Covid-19 já afetou diretamente mais de 200 milhões de pessoas no mundo e o Brasil ocupa o segundo lugar entre os países com mais óbitos pelo vírus, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (Nações Unidas, 2021a). Dentre as medidas necessárias para conter sua propagação, as restrições de deslocamento e a paralização de serviços básicos, contribuíram para o aumento do desemprego e restringiram o acesso a alimentos e outros bens essenciais (FSIN, 2020; Ribeiro-Silva et al., 2020), o que intensifica a exposição de famílias à pobreza e à fome. A rápida disseminação do vírus e a gravidade da doença certamente trouxeram e ainda trazem consequências preocupantes para todas as esferas da sociedade e uma das implicações mais graves é a redução da renda familiar, que, por consequência, aumenta o número de pessoas que são atingidas pela fome (Neves et al., 2021; Ribeiro-Silva et al., 2020).

Alinhado a este contexto, contata-se que a crise causada pela pandemia pode afetar negativamente o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 em 2015 (Júnior et al., 2020). Especificamente, o ODS 2, cujas metas constituem acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável (Nações Unidas, 2021b; Rede PENSSAN, 2021), parece estar ameaçado se considerarmos os cenários previstos para além da pandemia.

O aumento nos níveis de insegurança alimentar e a falta cuidados com a saúde, seja

devido a restrições de deslocamento ou pela incapacidade dos sistemas de saúde, podem aumentar as taxas de desnutrição, afetar o sistema imunológico e aumentar o risco de pessoas desenvolverem sintomas graves da Covid-19 e outras doenças, particularmente entre crianças, mulheres grávidas e lactantes e idosos (FSIN, 2020). Esse quadro evidencia a necessidade de ações que visem garantir o direito humano à alimentação adequada, tanto em quantidade como em qualidade, garantindo a segurança alimentar e nutricional (SAN) e o direito à vida a todos os indivíduos.

Um fato importante a destacar é que, enquanto algumas pessoas enfrentam em seu cotidiano a falta de alimentos básicos, o desperdício tem sido um fator que potencializa a insegurança alimentar e a fome no mundo todo (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 2019; Schneider, 2013). Cerca de 13,8% de todos os alimentos produzidos em 2016 foram desperdiçados desde a pós-colheita até - mas excluindo - o varejo, sendo as raízes, tubérculos e oleaginosas o grupo com maior nível de perdas, seguidos das frutas e vegetais (FAO, 2019).

Segundo Schneider (2013) há muitas causas pelas quais a sociedade moderna aumentou o desperdício de alimentos, que vão desde o mau tempo até as condições de higiene e comportamento dos indivíduos, que preferem alimentos com melhor aparência. Tendo em vista essa situação, os bancos de alimentos se apresentam como uma alternativa com forte potencial para estimular o consumo consciente e mitigar os efeitos das perdas de alimentos que ainda estão em condições de consumo (FAO, 2019; Ministério da Cidadania, 2020).

Assim, considerando que a pandemia da Covid-19 pode agravar os índices de insegurança alimentar e que a redução do desperdício de alimentos pode contribuir para o combate à fome, o presente artigo tem por objetivo principal investigar os procedimentos e ações adotados pelo banco de alimentos Mesa Brasil SESC durante o período da pandemia. O programa Mesa Brasil SESC é uma iniciativa que atua na recuperação e redistribuição de alimentos e, segundo a FAO, (2019), tornou-se um exemplo devido seu grande alcance social. Dessa forma, a partir de um estudo

de caso, objetiva-se conhecer as práticas adotadas na gestão das atividades do programa e os impactos e adaptações necessárias devido à pandemia da Covid-19.

A Relação entre sustentabilidade, a segurança alimentar e o desperdício de alimentos no contexto pandêmico

De acordo com Davies (2013), a sustentabilidade é um tema amplo, que possui um extenso conjunto de significados e, por consequência, está em constante evolução. Ainda, segundo o autor, a popularização de sustentabilidade ocorreu em 1987, quando a World Commission on Environment and Development (WCED) publicou o Relatório de Brundtland, onde delineou os princípios de desenvolvimento sustentável em quatro eixos principais: i) planejamento holístico e formulação de estratégias; ii) preservação dos processos ecológicos; iii) proteção do patrimônio e da biodiversidade e; iv) desenvolvimento que pode ser sustentado por anos futuros (p. 112). Dessa forma, a WCED (1987) introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades (p.41, tradução nossa).”

Connelly (2007) defende que a forma mais predominante e influente para representar o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido por meio da imagem de três círculos sobrepostos que representam as questões relacionadas às dimensões econômica, ambiental e social. Assim, dado esse conceito, a produção de alimentos está diretamente ligada à sustentabilidade, uma vez que este segmento possui uma cadeia produtiva extensa com diversas etapas, que tem início no campo, ou antes, na preparação de sementes, mudas ou insumos, passando pelo plantio, colheita, armazenamento e distribuição, e todas essas etapas possuem inter-relações com a sustentabilidade (Ribeiro et al., 2017).

Essas inter-relações estão presentes no Relatório de Brundtland, onde a WCED (1987) incluiu a segurança alimentar como um dos desafios para as próximas décadas. À época, mesmo com o alto crescimento populacional nos últimos anos, acreditava-se que a agricultura mundial tinha potencial para cultivar alimentos

suficientes para todos, mas que uma das dificuldades a serem superadas era o acesso, já que os alimentos não estavam disponíveis onde eram necessários. Da mesma forma, a WCED (1987) alertava para outras questões como poder de compra das famílias, incentivos aos pequenos produtos dos países em desenvolvimento para evitar a concorrência desleal com nações desenvolvidas e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Quase trinta anos depois, em 2015, as Nações Unidas em conjunto com todos os países membros, firmaram um novo conjunto de objetivos e metas, os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), como um apelo universal que visa integrar e equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável e orientar as ações de todas as nações, incluindo as que estão no estágio de desenvolvimento, na busca por um mundo melhor, até 2030 (Brown, 2021; Gil et al., 2019; Nações Unidas, 2015). O ODS 2 que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, focando em dobrar a produtividade agrícola, melhorar a renda dos pequenos agricultores, garantir sistemas sustentáveis de produção e garantir o acesso a alimentos, em particular dos pobres e pessoas em situações vulneráveis (Nações Unidas, 2015), é composto por oito metas, sendo que as cinco primeiras estão diretamente relacionadas à segurança alimentar e sustentabilidade agrícola (Gil et al., 2019).

Todavia, para discutir a segurança alimentar, faz-se necessário entender o contexto no qual uma pessoa pode ser enquadrada na situação de insegurança alimentar e nutricional (IAN). De acordo com a Food Security Information Network (FSIN):

A insegurança alimentar refere-se à falta de acesso seguro a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o crescimento e desenvolvimento humano normal e uma vida ativa e saudável. Para que as pessoas tenham segurança alimentar, os alimentos devem estar consistentemente disponíveis e acessíveis em quantidades e diversidade suficientes e as famílias devem ser capazes de utilizar (armazenar, cozinhar, preparar e compartilhar) os alimentos de uma forma que tenha um impacto nutricional positivo. (FSIN, 2020, p. 9, tradução nossa)

Assim, o conceito de IAN engloba não somente a disponibilidade dos alimentos, mas

também sua qualidade, a quantidade disponível e a capacidade de manipulá-los de forma adequada e segura. Por outro lado, entende-se que a segurança alimentar e nutricional (SAN), é a “situação que existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. (FAO, IFAD, UNICEF, 2021, p. 190, tradução nossa).

Nesse contexto, a pandemia da Covid-19 incorpora novas dimensões para o cumprimento dos ODSs, em especial o ODS 2, já que conforme declaram Gil et al. (2019) o cumprimento desse ODS está associado a todos os outros ODSs, tanto em escala temporal quanto espacial, o que ressalta a natureza indivisível proposta pela Agenda 2030. No entanto, há de se ressaltar que mesmo antes da pandemia não se tinha uma perspectiva de cumprir o ODS 2 até 2030 (FAO, IFAD, UNICEF, 2021), o que ressalta ainda mais a preocupação com o cenário pós-pandemia, principalmente em países em desenvolvimento, como o Brasil. Ademais, embora a Covid-19 tenha se espalhado em todo mundo, os países com pouca capacidade para lidar com questões de saúde e os impactos socioeconômicos causados pela ação do vírus, estarão mais vulneráveis às consequências de longo prazo (FSIN, 2020; Giordani & Costa, 2020).

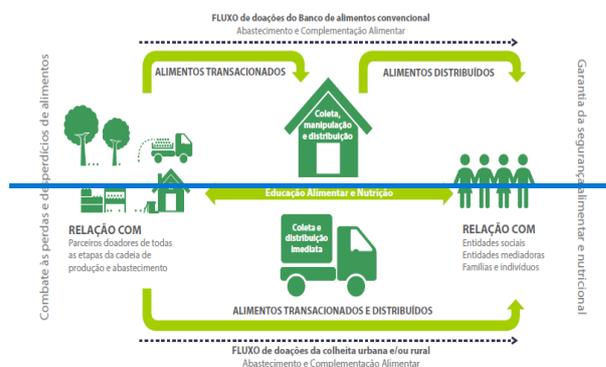
Considerando esse cenário, diversos estudos foram elaborados com o objetivo de dimensionar os impactos de curto e médio prazo, em âmbitos social e econômico, causados pelo advento da pandemia da Covid-19 (FSIN, 2020; Galindo et al., 2021; Giordani & Costa, 2020; Neves et al., 2021; Oliveira et al., 2021; Ribeiro-Silva et al., 2020; Wang & Huang, 2021, Pinheiro et al., 2022; Costa et al., 2023). A pesquisa de Galindo et al. (2021), realizada entre os meses de novembro e dezembro/2020 com uma amostra de 2.000 pessoas, analisou os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a alimentação da população brasileira e concluiu que 59% dos domicílios estavam em situação de insegurança alimentar durante a pandemia e, ainda, parte significativa deles diminuiu o consumo de alimentos importantes para a dieta regular da população, como carnes e frutas. Da mesma forma, organismos internacionais buscaram mapear situação mundial como forma de alerta aos países e instituições. O relatório elaborado pela FAO, em conjunto com o Fundo

Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, UNICEF, WFP e OMS demonstrou que 30% da população mundial, mais de 2,3 bilhões de pessoas, não tiveram acesso à alimentação adequada durante o ano de 2020 (FAO, IFAD, UNICEF, 2021).

Esses dados comprovam, acima de tudo, a natureza complexa da questão alimentar e nutricional, que também está relacionada a diversos fatores sociais e culturais, como o desperdício de alimentos. Há um consenso de que as perdas e desperdícios globais são expressivas e de que atenuar a perda de alimentos é uma medida que pode auxiliar tanto na redução da fome mundial e dos níveis de insegurança alimentar, como também é uma forma de diminuir os custos de produção, contribuir para a sustentabilidade ambiental, aliviando a pressão sobre os recursos naturais e diminuindo as emissões de gases com efeito de estufa (FAO, 2019). Nesse sentido, os bancos de alimentos são iniciativas que estão se expandindo mundialmente, especialmente pelo seu potencial em contribuir para a melhoria das condições alimentares dos países, tornando-os mais justos e sustentáveis (FAO, 2019; Ministério da Cidadania, 2020). Em consonância ao papel exercido pelos bancos de alimentos, Blesh et al. (2019) defende a implementação de estratégias e soluções locais, adaptáveis e participativas como forma de combate à fome, já que se faz necessário levar em consideração as capacidades institucionais locais, a diversificação dos agrossistemas e as características específicas das dietas locais.

A Figura 1 demonstra o funcionamento dos bancos de alimentos em termos de estrutura e interação com as partes envolvidas.

Figura 1
Funcionamento dos bancos de alimentos



Fonte: Ministério da Cidadania (2020, p. 16).

Como pode ser observado, os bancos de

alimentos possuem uma estrutura que arrecada doações de gêneros alimentícios que seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva, distribuindo-os para quem necessita por meio de parcerias com entidades que atendem diretamente os indivíduos necessitados. Essa ação é de extrema relevância social, já que uma das principais causas de desperdício alimentar é a perda de valor comercial por conta de danos na aparência dos alimentos ou do consumo não realizado após a compra, mas que não afeta necessariamente o valor nutricional do alimento (Belik et al., 2012). Assim sendo, denota-se a importância do trabalho executado pelos bancos de alimentos, que a partir de suas atividades contribuem para a redução dos índices de perda e desperdícios, destinado alimentos a quem não tem condições de obtê-lo, ao mesmo tempo em que promove padrões de produção e consumo sustentáveis, o que está diretamente vinculado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030.

Elementos metodológicos da pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, pois gera conhecimentos para a aplicação prática. Quanto ao seu objetivo, como descritivo e quanto à abordagem do problema é qualitativo (Gil,

2008). Para atingir o objetivo proposto nesse estudo, adotou-se como procedimento técnico a realização de entrevistas semiestruturadas e coleta de dados em documentos, relatórios, *sites* e mídias sociais do programa. A unidade de análise escolhida foi o Mesa Brasil SESC da cidade de Porto Alegre/RS, parte integrante do projeto nacional.

Os dados primários foram coletados em duas entrevistas realizadas com os responsáveis pela coordenação do projeto, já os dados secundários, foram obtidos a partir de documentos e relatórios divulgados pelo projeto, além da coleta documental nos veículos de comunicação do projeto Mesa Brasil SESC, unidade Porto Alegre/RS. Esse processo viabilizou a triangulação de dados para melhor compreensão e análise do objetivo proposto.

Para proceder as entrevistas, optou-se pela seleção de uma amostra não probabilística e por conveniência que, segundo Gil (2008), são tipos de amostra estabelecidas a partir de critérios que dependem unicamente do pesquisador e, ainda, o pesquisador deve entender que a amostra representa, de alguma forma, o universo populacional.

O Quadro 1 apresenta um resumo descritivo das fontes de dados utilizadas nesse estudo.

Quadro 1
Classificação e descrição das fontes de dados

Tipo de dado	Técnica	Instrumento de coleta	Descrição da fonte
Primário	Entrevista	Roteiro de entrevista semiestruturado	Gerente da unidade operacional – SESC Comunidade (Porto Alegre/RS), 18 anos de atuação no SESC, possui Doutorado em Educação (E1)
Primário	Entrevista	Roteiro de entrevista semiestruturado	Gerente de educação, assistência e cultura (Região Sul), 10 anos de atuação no SESC, possui Mestrado em Serviço Social (E2)
Secundário	Pesquisa documental	Não se aplica	Relatório Ações do Mesa Brasil SESC para mitigar os impactos sociais da pandemia da Covid-19 Guia do Programa Mesa Brasil SESC
Secundário	Observação	Não se aplica	<i>Sites:</i> https://www.sesc-rs.com.br/mesabrasil/porto-alegre/ https://www.sesc.com.br/portal/site/mesabrasilsesc/home/ Perfil do Instagram: https://www.instagram.com/sescrs/

Fonte: dados da pesquisa.

Para proceder as entrevistas, optou-se pela seleção de uma amostra não probabilística e por conveniência que, segundo Gil (2008), são tipos de amostra estabelecidas a partir de critérios que

dependem unicamente do pesquisador e, ainda, o pesquisador deve entender que a amostra representa, de alguma forma, o universo populacional. Cabe ressaltar que os 2 entrevistados

(E1 e E2) que se dispuseram a participar da pesquisa atuam diretamente no projeto da unidade Porto Alegre/RS. As entrevistas foram realizadas em julho de 2021, com duração média de 60 minutos, com base em um roteiro semiestruturado, elaborado a partir da observação e leitura dos dados e informações disponibilizados pela entidade, além do referencial teórico sobre o tema.

Os dados coletados almejavam a compreensão sobre a estrutura geral do projeto e sua atuação local. Também foram solicitadas informações sobre os procedimentos e técnicas utilizados nas atividades diárias do projeto e, especificamente, as implicações e mudanças necessárias desde o início da pandemia da Covid-19.

A partir da exploração das informações coletadas e em consonância com o objetivo proposto, procedeu-se a análise dos dados que foram categorizados em i) relato das adaptações nas operações da colheita urbana; ii) relato das adaptações nas ações educativas; iii) relato das adaptações necessárias nas ações de arrecadação de doações. Após as análises, procedeu-se uma síntese das adaptações necessárias, que resultou nas considerações finais, onde os achados dos estudos anteriores foram cruzados com os achados deste estudo.

Apresentação e discussão dos resultados

Descrição do projeto Mesa Brasil SESC

O Mesa Brasil SESC (MBS) é um banco de alimentos com atuação nacional, criado em 2003 pelo Serviço Social do Comércio – SESC, e que tem como principal objetivo combater a fome e o desperdício de alimentos a partir de parcerias com produtores rurais, atacadistas e varejistas, centrais de distribuição e abastecimento e indústrias de alimentos, além de empresas de diversos ramos de atividade (SESC, 2021).

O programa possui 91 unidades que operam em mais de 500 municípios e é composto por 614 colaboradores diretos, cerca de 3 mil doadores e 6 mil entidades cadastradas que são atendidas sistematicamente (SESC, 2021). Ao todo, o programa complementa as refeições de cerca de 1,4 milhão de pessoas mensalmente (SESC, 2021).

O programa possui duas modalidades: i) a colheita urbana, onde o projeto retira as doações junto aos parceiros e entrega diretamente nas entidades sociais e; ii) banco de alimentos, onde os

alimentos são retirados nos parceiros, mas são acondicionadas nas instalações do SESC e, após categorização e acondicionamento, são disponibilizados para retirada das entidades. Ademais, o programa também atua promovendo ações educativas a partir de cursos, oficinas e palestras que são oferecidas às entidades cadastradas, nas áreas de Nutrição e Serviço Social, com foco em gerar conhecimentos sobre alimentação adequada, reeducação alimentar e ferramentas de gestão.

A unidade de Porto Alegre/RS (MBPOA) é maior unidade da região Sul do país, é gerenciada pelo SESC Comunidade e abrange, além da capital, mais 17 cidades da região metropolitana. A MBPOA atua somente com a modalidade de colheita urbana e também promove ações educativas direcionadas. De acordo com o SESC (2016, p. 27) essa modalidade “caracteriza-se por ser ágil e demandar menos recursos para implantação e manutenção, uma vez que, nela, não se estocam alimentos – a entrega das doações é feita de forma imediata, com base em roteiros predeterminados de coleta e destinação dos gêneros”. Conforme relatado pelo E1, na unidade de Porto Alegre, a modalidade de colheita urbana é composta por quatro equipes de logística que fazem a coleta dos alimentos pela manhã, o transbordo e, na parte da tarde fazem a distribuição nas instituições cadastradas. As crianças e idosos constituem a maior parte dos indivíduos diretamente atendidos pelo programa, através da distribuição de alimentos a entidades educacionais e de assistência social.

O Quadro 2 apresenta o perfil da unidade Porto Alegre/RS. Além dos funcionários listados no Quadro 2, o programa possui uma rede de voluntários que atuam de forma eventual nas ações de distribuição de alimentos e ações educativas.

Quadro 2
Perfil da unidade Mesa Brasil Porto Alegre/RS

Categoria	Quantidade	Descrição
Parceiros (doadores)	89	Redes de supermercados (57) e indústrias de alimentos (17), produtor rural (15), campanhas (40).
Entidades beneficiadas	295	Escolas de educação infantil, entidades assistenciais e campanhas.
Funcionários alocados exclusivamente para o MBPOA	21 pessoas	Auxiliares de carga e descarga (5), motoristas (4), nutricionistas (3), administrativo (4), assistentes sociais (2).

		auxiliar de serviços gerais (2) e subgerente (1).
--	--	--

Fonte: dados da pesquisa.

Relato das adaptações nas operações da colheita urbana do MBPOA, durante o período da pandemia

As operações do MBPOA passaram por um rápido processo de adaptação durante a pandemia, o qual foi relatado pelo E1. De acordo com o Gerente, a entidade tinha ciência da importância de manter as atividades em funcionamento independentemente da situação, já que antes da pandemia da Covid-19 se verificava uma tendência no Brasil de diminuição da segurança alimentar (Galindo et al., 2021; Oliveira et al., 2021; Rede PENSSAN, 2021), logo, a entidade supunha que a crise sanitária seria agravada pela situação.

Dessa forma, as operações da colheita urbana tiveram uma pausa inicial que durou apenas quatro dias e durante esse período as instituições beneficiadas foram orientadas a coletar os alimentos diretamente nos parceiros do programa. Também durante esse intervalo a equipe se mobilizou para criar os protocolos de segurança e deram início a uma segunda fase, que durou uma semana, onde apenas um caminhão realizou as coletas e distribuições. Assim, em menos de duas semanas todos os caminhões da equipe de logística voltaram a operar.

Também foi necessário adaptar o processo de entrega dos alimentos para as pessoas que frequentavam as instituições, já que muitas suspenderam o atendimento presencial por vários meses. Nesses casos, como a unidade possui autonomia para definir novos processos, o E1 cita que foi orientado que a equipe de logística entregasse os alimentos no local e a instituição selecionou e autorizou as famílias, em caráter excepcional, a levá-los para consumo em suas residências. Ainda, o E1 salienta que a maioria dos alimentos arrecadados na unidade MBPOA é perecível (hortaliças, legumes e frutas) e que por isso o processo de coleta e distribuição é bastante ágil.

Especificamente sobre a equipe de logística, a E2 cita que a tempestividade das ações foi possível por conta do comprometimento dos funcionários e do seu perfil “social”, ainda assim, se diz surpreendida positivamente com o posicionamento

solidário e profissional da equipe, já que todos colaboraram de forma espontânea e consciente da importância de manter o abastecimento das instituições. O E1 relata que alguns funcionários foram acometidos pelo vírus, mas não houve surto na equipe e nenhuma pessoa veio a óbito, resultado da implementação de protocolos eficazes e condizentes com as orientações dos órgãos de saúde. Por exemplo, foram formuladas e distribuídas orientações sobre como manter o distanciamento social no ato da entrega dos alimentos. Além de exigido o uso permanente de máscara de proteção e higiene das mãos.

Relato das adaptações nas ações educativas durante o período da pandemia

As ações educativas implementadas no programa Mesa Brasil SESC possuem vínculo com o compromisso da entidade em promover a inclusão e ampliar a cidadania, logo, espera-se que, a partir da capacitação de profissionais, voluntários e usuários das entidades sociais e doadores, seja possível desenvolver as capacidades individuais e coletivas na busca pela melhoria das condições de vida e pela garantia de direitos básicos (SESC, 2016).

Com relação às atividades desenvolvidas, a E2 relata que o foco das ações é a qualificação das entidades, já que muitas são geridas por voluntários que, em muitos casos, não possuem qualificação técnica para tal. Ademais, a participação nos cursos, treinamentos e demais ações educativas faz parte dos requisitos de avaliação e monitoramento para manutenção da parceria entre as instituições e o programa (SESC, 2016).

Dessa forma, durante a pandemia as atividades, que antes eram exclusivamente presenciais, migraram para o formato on-line. O E1 cita que a migração das atividades para o on-line permitiu que a entidade mantivesse todo quadro de funcionários que atua nessa área. Ainda, os conteúdos dos cursos e formações disponibilizados também foram adaptados para auxiliar as entidades a lidar com a situação da pandemia, como por exemplo, a E2 cita um curso ministrado para ensinar como as entidades deveriam organizar as filas de doações para distribuição das cestas básicas, mantendo todos os cuidados sanitários recomendados pelos órgãos responsáveis.

Ainda, aproveitando a flexibilidade que a modalidade on-line proporciona, as entidades foram incentivadas a convidar as famílias para participarem de atividades que fossem do seu interesse. Adicionalmente, todas as ações educativas são divulgadas no *site* do Mesa Brasil SESC, sendo permitida a inscrição para o público em geral. Com relação à continuidade da modalidade on-line, a E2 revela que a intenção é continuar disponibilizando atividades remotas, mas assim que possível, retomar também as atividades presenciais, já que nem todas as instituições possuem acesso à *internet*, assim como, habilidades para lidar com tecnologias virtuais. Além disso, acredita que a proximidade física do programa com os gestores das entidades é um fator que agrega e reforça a relação de parceria.

Relato das adaptações nas ações de arrecadação de doações durante o período da pandemia

O programa Mesa Brasil foi criado com a finalidade específica de arrecadar alimentos, logo, doações em dinheiro ou qualquer outra modalidade não eram aceitas até o advento da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, destacam-se diversas ações inovadoras do programa, que rapidamente se adequou à nova realidade provocada pela pandemia, de forma que conseguiu absorver todas as oportunidades de empresas, pessoas físicas e outros segmentos que estavam dispostos a contribuir para a causa do combate à fome (SESC, 2021). Conforme relata a E2, a arrecadação de recursos financeiros iniciou como uma alternativa de maximizar a capacidade de atendimento do programa, como também para atender aos chamados de parceiros diversos que se dispuseram espontaneamente a contribuir com o programa.

Por se tratar de um processo novo, a E2 cita que a equipe dos setores financeiro e jurídico, mobilizaram-se imediatamente para providenciar a abertura de conta corrente específica para recebimento das doações, bem como analisar as implicações nos processos internos e novos formatos de distribuição das doações. Dessa forma, foi possível diversificar as ações do programa e receber contribuições de várias fontes a partir de parcerias com grandes empresas, artistas nacionais e, até mesmo, pessoas físicas.

Como destaque, a E2 cita as *lives* produzidas

com artistas nacionais, onde os recursos arrecadados foram distribuídos entre todas as unidades, de acordo com o grau de vulnerabilidade de cada Estado. Ao ser questionada sobre os critérios para distribuição dos recursos arrecadados a partir dessas novas iniciativas, a E2 informa que cada doador possui espaço para negociar quais unidades serão beneficiadas. Uma vez definidas, as unidades recebem o montante estabelecido conforme os critérios negociados entre o programa e o doador e esse montante é direcionado para compras de cestas básicas por meio de licitação junto a empresas do ramo atacadista.

Conforme observado no *site* oficial do programa, atualmente, o Mesa Brasil continua recebendo doações em dinheiro através do preenchimento de um formulário que aceita contribuições a partir de R\$ 10,00. Além disso, o doador pode escolher se deseja doar mensalmente por meio do débito no cartão de crédito. Além da arrecadação em espécie, a E2 enfatiza o caráter formador de cidadania de uma ação promovida em conjunto com uma empresa do ramo varejista, onde as famílias beneficiadas tiveram a oportunidade de escolher o local de compra e os alimentos que desejavam de consumir. De acordo com o SESC (2021, p. 25) “os cartões – cerca de 27 mil unidades – vinham com o valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), que permitiram às famílias assistidas autonomia para adquirir alimentos e produtos, conforme suas necessidades, nos estabelecimentos locais cadastrados pela empresa fornecedora do cartão.”

Síntese das adaptações implementadas pelo Mesa Brasil Porto Alegre/RS

Considerando os relatos das entrevistas, as análises dos documentos e relatórios e observação dos conteúdos divulgados nos sites oficiais e mídias sociais, o Quadro 3 apresenta a síntese das adaptações, novas ações e mudanças implementadas nas principais atividades do programa, em resposta à pandemia da Covid-19.

Conforme pode ser observado, o MBPOA obteve êxito nas adaptações, especialmente, por conta da tomada de decisões tempestiva, devido à autonomia da unidade, experiência do programa e estrutura de logística. Apesar de fazer parte de um programa nacional, a unidade Porto Alegre/RS pode definir suas ações levando em consideração

os aspectos e particularidades regionais. A esse respeito, o E1 relata que a tomada de decisão da unidade foi pautada em diretrizes nacionais, mas que as metodologias, regras e protocolos foram planejados pela equipe local, sempre apoiados no acompanhamento da evolução da pandemia, o que ocorre até o presente momento, citando “[...] teve um momento que tinham três tipos de carros na rua, a ambulância, o carro da polícia e o caminhão

do SESC [...]”. Ainda salienta que “[...] fomos muito rigorosos nos protocolos [...]”. Sobre a manutenção do volume de doações após a pandemia, relata que, apesar de perceber um enfraquecimento das iniciativas individuais, espera manter o volume por conta das parcerias com os agricultores locais, dos quais recebe o maior volume de alimentos.

Quadro 3

Síntese das adaptações implementadas pelo MBPOA

Ações e procedimentos adotados	Mudanças devido a pandemia de Covid-19	Justificativa	Resultados alcançados
Coleta de doações	Protocolo de segurança para motoristas e auxiliares de carga e descarga.	Preservar a saúde dos funcionários e manter as equipes em pleno funcionamento.	A equipe manteve as operações durante toda pandemia, mantendo o abastecimento das instituições beneficiadas. Nenhum funcionário veio à óbito.
Equipe Administrativa	Migração para o trabalho remoto.	Preservar a saúde dos funcionários e adaptar os processos administrativos.	Os processos foram plenamente adaptados e todos os funcionários foram mantidos.
Ações educativas	Criado o SESC Comunidades on-line, plataforma para cursos e treinamentos à distância.	Considerando que não era uma atividade essencial para o programa, optou-se pela suspensão das ações presenciais.	As participações das entidades aumentaram gradativamente. A plataforma será mantida mesmo quando as atividades presenciais forem retomadas, oferecendo oportunidade de aprendizado para interessados que não podem comparecer presencialmente.
Arrecadação de doações	Implementados processos para arrecadação de recursos financeiros, cartões alimentação e distribuição de cestas básicas.	Atender à oferta de doadores com perfis diversos dos que já faziam parte do programa, incluindo-os como parceiros do programa.	Aumento de cerca de 45% em parceiros com ação nacional. Aumento de 192% em relação ao público já assistido sistematicamente.

Fonte: dados da pesquisa.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo de investigar os procedimentos e ações adotados pelo banco de alimentos Mesa Brasil SESC, durante o período da pandemia da Covid-19, no sentido de garantir a manutenção das atividades de combate à insegurança alimentar e nutricional. Nas entrevistas realizadas foi possível verificar que, conforme é evidenciado nos estudos correlatos, as instabilidades socioeconômicas geradas pelas crises política e econômica vividas nos últimos anos no Brasil foram agravadas pela pandemia da Covid-19, acentuando os problemas relacionados com a SAN. As adversidades percebidas estão, sobretudo, relacionadas ao acesso a alimentos

saudáveis, de qualidade nutricional suficiente e na quantidade necessária, o que corrobora com os estudos correlatos sobre o tema.

Nos relatos do entrevistado 1 fica evidente a preocupação do programa em manter o funcionamento da atividade principal do MBPOA, o que foi alcançado graças à tomada de decisões oportuna e a estrutura e apoio do SESC nacional à unidade Porto Alegre/RS. Nesse sentido, foi necessário avaliar as medidas de isolamento social implementadas pelas autoridades locais e adequar o ritmo de trabalho da entidade ao novo contexto, adaptando os processos e atividades as novas necessidades que foram surgindo decorrentes dos impactos causados pela crise sanitária (Giordani & Costa, 2020). Todo esse processo levou em

consideração o contexto regional da unidade, que se manteve atenta às necessidades e limitações do público atendido.

Nesse sentido, a entrevistada 2 salientou a importância de implementar novos formatos de atuação, o que permitiu ao programa usufruir de todas as oportunidades oferecidas ao Mesa Brasil SESC, tanto em nível nacional quanto em nível regional. Ainda, o entrevistado 2 acredita que o processo de monitoramento do programa impulsiona a inovação social e que a pandemia, de certa forma, impulsionou esse processo ao exigir mudanças, por exemplo, em processos tradicionalmente executados de forma presencial e que passaram a ser on-line.

O êxito de gestão é demonstrado no Relatório de Atividades 2020, no qual a entidade apresenta um relato detalhado dos resultados alcançados, salientando que “diante da gravidade do momento, o Departamento Nacional do SESC (SESC/DN) efetuou ações imediatas com intuito de sensibilizar os Departamentos Regionais (DDRR) para manter o funcionamento de suas unidades, preservando os cuidados individuais e coletivos e as recomendações dos órgãos sanitários nacionais e locais.” (SESC, 2021, p. 13).

Essa diretriz do SESC demonstra a capacidade da entidade em compreender que o distanciamento social, necessário para contenção do vírus, repercute de forma ampla na condição socioeconômica de inúmeras famílias brasileiras e, por consequência, afeta as questões de SAN, especialmente em famílias em situação de vulnerabilidade social (Ribeiro-Silva et al., 2020). Assim, os dados obtidos nas entrevistas foram importantes para percorrer os processos que envolvem o funcionamento de um banco de alimentos, especialmente num contexto de disseminação mundial de uma nova doença, onde fatores de riscos são ainda desconhecidos e a tomada de decisão precisa ser ágil e flexível.

Além disso, oferecem suporte para validar os achados observados nos documentos, *site* e mídias sociais do programa, além de confirmar os resultados verificados em estudos correlatos recentes. Em suma, o estudo também revela que os bancos de alimentos contribuem de forma relevante para a redução do desperdício de alimentos (FAO, 2019), mas também podem atuar em outras frentes para atendimento de pessoas em situação de IAN, sendo um agente que possui condições de contribuir de forma expressiva para

o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 2, que visa combater a fome e promover a agricultura sustentável. Por fim, as evidências coletadas demonstram que o MBPOA tem como diferenciais a descentralização das decisões, a capacidade logística, as ações educativas e a equipe técnica.

Destaca-se a contribuição teórica e prática desse estudo ao descrever as adaptações implementadas, em um contexto pandêmico, nos processos e atividades de um programa social de âmbito nacional e com reconhecida atuação no combate à fome e ao desperdício de alimentos (FAO, 2019). Além disso, ressalta-se a relevância de o estudo ter sido conduzido em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, uma cidade com mais de 1,3 milhões de habitantes, o que confere uma representatividade significativa às descobertas alcançadas. É importante mencionar que, embora realizado localmente, o estudo aborda um tema de relevância global, uma vez que os bancos de alimentos são uma iniciativa mundialmente aplicada. Assim, julga-se que, ao abordar essa temática, promove-se o suporte teórico e empírico para novos estudos envolvendo as relações entre sustentabilidade, segurança alimentar e nutricional e metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que diz respeito à atuação de programas e projetos coletivos como foco em indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Referências

- Belik, W., Cunha, A. R. A. A., & Costa, L. A. (2012). Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 38, 107-132.
- Blesh, J., Hoey, L., Jones, A. D., Friedmann, H., & Perfecto, I. (2019). Development pathways toward “zero hunger”. *World Development*, 118(C), 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.02.004>
- Connelly, S. (2007). Mapping sustainable development as a contested concept. *Local Environment*, 12(3), 259-278. DOI: <https://doi.org/10.1080/13549830601183289>
- Costa, M. S., Silva, D. A. C. D., & Matielo, E. (2023). Insegurança alimentar na pandemia da Covid-19: situação de famílias do campo no Distrito Federal, Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 30. DOI:

<https://doi.org/10.20396/san.v30i00.8670933>

Davies, G. R. (2013). Appraising weak and strong sustainability: searching for a middle ground. *Consilience: The Journal of Sustainable Development*, 10(1), 111-124. DOI: <https://doi.org/10.7916/consilience.v0i10.4635>

FAO, IFAD, UNICEF, W. and W. (2021). *The State of food security and nutrition in the world 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. In the State of the World*. DOI: <https://doi.org/10.4060/cb4474en>

FAO. (2019). The state of food and agriculture 2019. In *Moving forward on food loss and waste reduction*.

FSIN. (2020). *Global report on food crises*. Joint analysis for better decisions. Food Security Information Network, 1-202.

Galindo, E., Teixeira, M. A., De Araújo, M., Motta, R., Pessoa, M., Mendes, L., & Rennó, L. (2021). Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. In *Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy* (Issue 4).

Gil, J. D. B., Reidsma, P., Giller, K., Todman, L., Whitmore, A., & van Ittersum, M. (2019). Sustainable development goal 2: Improved targets and indicators for agriculture and food security. *Ambio*, 48(7), 685–698. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13280-018-1101-4>

Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa* (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Giordani, R. C. F., & Costa, I. B. da. (2020). The Pandemic Health Crisis and Its Implications for Food and Nutritional Security in Latin America. *Portuguese Journal of Public Health*, 28, 166-175.

Júnior, D. F. F., Araújo, P. P. D. G., & Queiroz, L. M. N. (2020). Agenda 2030 e a Covid-19: avaliação documental dos impactos na comunidade. In *XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*.

Ministério da Cidadania. (2020). *Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos*.

Nações Unidas. (2021a). *Mundo registra mais de 200 milhões de casos de Covid-19*. Publicado: 10 ago. 2021. Recuperado de <https://news.un.org/pt/story/2021/08/1759492>

Nações Unidas. (2021b). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. 2021. Recuperado de <https://sdgs.un.org/2030agenda>

Neves, J. A., Machado, M. L., Oliveira, L. D. A., Moreno, Y. M. F., Medeiros, M. A. T., & Vasconcelos, F. A. G. (2021). Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. *Revista de Nutrição*, 34, 1-7. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200170>

Oliveira, J. T. C., Camargo, A. M., Machado, B. O. B., Oliveira, A. R., Fiates, G. M. R., & Vasconcelos, F. A. G. (2021). "Hunger and rage (and the virus) are human things": reflections on solidarity in times of Covid-19. *Revista de Nutrição*, 34, 1–9. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202134e200183>

Pinheiro, A. S., Silva, V. M. B., Lemos, Y. S., Cunha, L. N. A., Andrade, R. A., Santos, B. M. S., Moreira, A. J. S., Silva, P. R. L., Costa, A. P. S., & Silva, L. M. C. (2022). Food insecurity in times of the Covid-19 Pandemic in Brazil: Literature review. *Research, Society and Development*, 11(9). DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31809>

Rede PENSSAN. (2021). *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil*. VIGISAN - Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar No Contexto Da Pandemia Da Covid-19 No Brasil, 66.

Ribeiro-Silva, R. C., Pereira, M., Campello, T., Aragão, E., Guimarães, J. M. M., Ferreira, A. J. F., Barreto, M. L., & Santos, S. M. C. (2020). Covid-19 pandemic implications for food and nutrition security in Brazil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 25(9), 3421-3430. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>

Ribeiro, H., Jaime, P. C., & Ventura, D. (2017). Alimentação e sustentabilidade. *Estudos Avancados*, 31(89), 185-198. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890016>

Schneider, F. (2013). The evolution of food donation with respect to waste prevention. *Waste Management*, 33(3), 755-763. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.wasman.2012.10.025>

SESC (2016). *Guia do Programa Mesa Brasil Sesc*. 172 p. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional.

SESC (2021). *Conheça o Mesa Brasil Sesc*. Recuperado de <https://www.sesc.com.br/portal/site/mesabrasilsesc/entenda>

SESC (2021). *Ações do Mesa Brasil Sesc para mitigar os impactos sociais da pandemia da Covid-19*.

Nações Unidas (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*.

Recuperado de <https://sdgs.un.org/2030agenda>

Wang, Q., & Huang, R. (2021). The impact of COVID-19 pandemic on sustainable development goals – A survey. *Environmental Research*, 202, 111-637. DOI:

<https://doi.org/10.1016/j.envres.2021.111637>

WCED: World commission on environment and development. (1987). The brundtland report: “our common future”. *Medicine and War*, 4(1), 17-25.